

UNIVERSIDADE: DO FUNDAMENTO LIBERAL À CIDADANIA*

Nádia Fialho

Profª Adjunta da Universidade do Estado da Bahia

A Universidade costuma ser definida pelas idéias que nós fazemos dela, mas cada idéia tem uma história. Contida na idéia, a história parece um segredo. Assim se formaram - e se formam - as diferentes concepções de Universidade, vigorosa instituição, criada na Idade Média, que chega a nosso fim de século emergindo dos modelos sócio-econômicos mais divergentes, a despeito da própria crise que atravessa. Como existe em cada idéia uma história, existe também a história de uma idéia: onde nasce a idéia de Universidade? Que trajetória percorre até chegar aos nossos corredores universitários?

Wilhelm von Humboldt precisou a idéia de Universidade como uma comunidade autônoma de professores e estudantes cuja fonte de trabalho repousava na solidão e na liberdade, suficientemente capazes de buscar livremente a verdade. Esta tese definiu o fundamento liberal de toda Universidade. Em torno deste fundamento, diferentes concepções se organizaram: a Universidade foi concebida por J. H. Newman (Inglaterra) como um centro de educação cuja finalidade reside na aspiração do indivíduo ao saber; K. Jaspers (Alemanha) a concebeu como uma comunidade de pesquisadores que tem como finalidade a aspiração da humanidade à verdade; para A. N. Whitehead (Estados Unidos) ela é um núcleo do progresso cujo fim é a aspiração da sociedade ao progresso; Napoleão (França) a propôs como um modelo intelectual que visa à estabilidade política do Estado; e o Conselho de Ministros da URSS (Rússia), como um fator de produção cuja finalidade é a edificação da sociedade comunista. A idéia primeira de Universidade encarna os princípios da universalidade, da unidade da pesquisa e do ensino, da liberdade acadêmica: a atitude científica é necessária a toda verdade; a pesquisa científica funda-se sobre o princípio de unidade do ser; a unidade das ciências, longe de constituir uma síntese enciclopédica, é uma idéia que anima a Universidade e à qual a vida universitária dá corpo; somente o pesquisador pode ensinar: qualquer outro se limita a transmitir pensamentos inertes.

As idéias, numa simples identificação semântica, são "representação mental de coisas concretas e abstratas, concepção intelectual, imaginação, lembrança", e, quando elas circulam, também circulam complexidades. Todo

* Este artigo está baseado no texto "Fazer Universidade" (Diário da Tarde: 1984) e na conferência "Universidade e Cidadania" (IRDEB/Ba em 25/07/89) publicada por Estudos IAT: 1989, ambos de autoria da Profª Nádia Fialho.

esforço de compreensão da Universidade, como idéia, é saudável, pois as invenções são também o nascedouro da cultura, grande artimanha do homem que se quis diferenciado entre os seres vivos, como a dizer que, feito homem, não seria nem besta nem raiz. Na própria cultura, porém, dois mecanismos vão permitir a formulação de novos ou repetidos conhecimentos: os mecanismos de produção e os de reprodução. O homem não é simplesmente produtor de instituições; é também produto delas e, nada mais natural que, amiúde, esteja a reproduzir aquilo que o produziu. Quantas das nossas idéias estão a reproduzir caóticas propostas de educar? Quantas delas se arriscam a quebrar o cerco, criando alternativas à educação?

Quando dizemos da Universidade o lugar de formação das consciências, da preparação de líderes, da capacitação profissional para o mercado de trabalho, o lugar da educação privilegiada, da aspiração à ciência, ao progresso, à verdade, estamos fazendo circular histórias, contidas nas idéias, de tal maneira que o debate instala a contradição vivida por toda Universidade hoje: promover a pesquisa e formar pessoal qualificado para o mercado de trabalho, duas exigências que recaem sobre seu destino.

Se nossos rostos ainda foram capazes de absorver alguma espécie de luz, o prefácio de Paul Ricoeur em *Concepções de Universidade* espelha luminosidade e lucidez suficientes para cegar argumentos demasiadamente apressados, ou revestidos de muitas plumas. Qualquer modelo que não parta da análise da profunda situação de crise que vive a Universidade, não será suficiente para definir sua organização. Retomar o papel, a natureza da função social da Universidade, torna-se, hoje, uma imposição. A Universidade, resume Paul Ricoeur, "é incapaz de se imaginar sob uma outra idéia diferente daquela concebida pelos "liberais", e não pode mais existir na forma em que foi concebida".

Tampouco a importação de modelos nos resolverá a crise. Resta-nos explicitar a ingenuidade destas pretensões e o desconhecimento implícito que elas comportam.. Tomemos a exemplo a proposta de Whitehead: para ser funcional, como ele mesmo propõe, exige diferenciar, radicalmente, condições de progresso da sociedade e necessidades políticas do Estado; do contrário, a Universidade sequer contribui com o progresso da sociedade. Atada e dependente do Estado, não cumpre sua finalidade mais essencial. Recordemos que a realidade dos meios universitários dos Estados Unidos é diferente da nossa, e é exatamente esta diferença que tem de ser resgatada. Apenas como exemplo, entre muitos outros é necessário lembrar a diversidade das instituições universitárias norte-americanas, cujos modelos vão desde Universidades de reputação mundial até colégios residenciais; é necessário lembrar ainda a individualidade de cada instituição, mesmo entre redes institucionais; e é sobretudo necessário lembrar que o ensino de massa, ali, encontra-se amplamente difundido, de maneira que o ensino superior acolhe, numa proporção excepcionalmente elevada, os estudantes egressos do secundário. O modelo pode, portanto, funcionar - apesar da crise - nessa sociedade. A importação de modelos tem seu preço. O elevadíssimo custo social que pode

acarretar deve ser levado em conta antes de pretendermos resolver "nossa" crise, pautando-nos em ingênuas esperanças. Só o exercício da análise e da crítica trará as alternativas que buscamos.

É importante destacar, então, que essas idéias articulam uma condição (a qualidade ou estado do homem cidadão) e um lugar (a instituição universitária). Essa condição está datada; esse lugar também. O cidadão - indivíduo no gozo dos seus direitos e no desempenho dos seus deveres - e a Universidade - espaço demarcado por relações sociais que visam a produção e a difusão do conhecimento - não estiveram sempre presentes na história do homem e das suas instituições. Isto significa que não são concepções eternas e que tampouco se dão "naturalmente". Mas, além de que podem estar ausentes de certos cenários da história, quando presentes, é bom registrar, podem se dar de forma distinta. Mudanças na cena histórica imprimem aos termos cidadania e Universidade diferentes significados.

Hoje tomamos a cidadania como a realização de direitos civis, políticos e sociais, e também a realização de deveres (Luckesi: 1986) e dizemos também que a Universidade é o lugar privilegiado (não o único) onde se dá o contato sistemático com a cultura universal.

Explicitar o referente histórico (ou seja, "revelar o segredo contido na idéia") é fundamental para dar início a essa densidade temática articulada por essas idéias. Nesse sentido, cabe o poema à Universidade:

*Mais de mil perdões
e um templo.
Ou a nossa história
parecerá um segredo.*

Assim, é aí, nesse lugar, nesse espaço grafado na territorialidade urbana, produzido historicamente, instituído pelo homem e institucionalizado a tal ponto que já não sabemos se o desamparo a que esteve (e está) sujeito é mais grave do que o modelo organizacional que lhe demos (e que o comprime tanto)... já não sabemos se um ou outro, e qual mais, retira-lhe a dinâmica, o conflito, do que poderia ser um lugar propriamente vivo: o espaço habitado por sujeitos e saberes.

Vejamos, portanto, em primeiro lugar, a questão na sua perspectiva interna, ou seja, como a cidadania se traduz no interior do espaço universitário. A pergunta se impõe: os sujeitos que habitam hoje a Universidade são cidadãos? Os indivíduos que dela participam têm realizadas aquelas condições de cidadania pensadas para o século XX?

Lembrando a abordagem do Prof. Milton Santos ("Há cidadãos nesse país?", 1987) não perguntamos apenas sobre a "soma inalienável de direitos" que toca à pessoa, pelo simples fato de nascer e ingressar na sociedade humana: "viver, tornar-se um ser no mundo... direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; o direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e à existência digna". Tudo isso, como diz o

professor, pode ser apenas uma "declaração de intenções"; para ser cidadania terá de ser mais ainda. Perguntamos então: que Lei, enraizada na cultura universitária, reconhece cada um, e cada um a si próprio, na condição concreta de ser sujeito, e lhe assegura a realização de cada um desses direitos e deveres? Entendemos que só no confronto com esta questão poderemos pensar sobre os dirigentes, professores, alunos e funcionários, como cidadãos no interior da Universidade.

Esses sujeitos ali estão marcados, cada um, por uma inscrição de classe e uma consciência de classe, em meio a relações que se travam entre malhas de alta complexidade. Se, por um lado, o conjunto dessas relações é regulado pela própria instituição e por suas leis, por outro lado, elas produzem efeitos sobre os sujeitos: instalam, em cada um, uma maneira de pensar e de agir, um sistema de representações e comportamentos que responde a certas expectativas do grupo social. As relações, portanto, na Universidade, não se dão com "indivíduos livres" que se agrupam segundo sua vontade, pois esses indivíduos ocupam lugares desiguais na sociedade, e em função deles se organizam.

Ser cidadão na Universidade, então, resulta dessa dupla determinação: de um lado, a verticalidade do sujeito (que diz da sua própria inserção histórica), e do outro, a horizontalidade, dada pelo seu assentamento na instituição (que diz da relação desse sujeito com seus pares e demais sujeitos da Universidade). A cidadania seria, assim, expressão do cruzamento dessas duas coordenadas.

Mas não se esgota aqui, ainda, a questão. Há de se considerar a instituição universitária nas suas relações com o Poder Público, com o Estado, cujas formas e graus de articulação e/ou dependência são distintos, segundo seja a Universidade privada ou pública. O que parece predominante hoje é a compreensão de que a Universidade não pode recusar-se inteiramente à supervisão pelo Estado, como também não deve reduzir-se à condição de mero departamento estatal. Essas formas e graus de articulação com o Estado vão influir decisivamente para o reconhecimento da Universidade enquanto "comunidade de cidadãos", ou para o profundo e violento desrespeito à mesma. Portanto, a Universidade e seus direitos, no exercício da cidadania, possuem uma "soma inalienável de direitos" em cuja base está o direito de traçar o seu destino e o dever de prestar contas à sociedade.

Por isso é que a autonomia não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas como uma condição para que a Universidade possa, de fato, realizar a sua tarefa.

Que pode fazer a Universidade pela cidadania? Uma vez mais, e não é ruim reafirmá-lo, a Universidade responderá às demandas sociais conforme o sentido e o significado que a época histórica lhe empresta. A pergunta, portanto, se impõe: se a Universidade é o lugar de contato sistemático com a cultura universal, como se dá esse contato? Dissemos, no início, que a Universidade é o lugar onde habitam sujeitos e saberes. Para usar a definição

de Giannotti (1986) "a Universidade moderna configura uma enorme máquina, altamente sofisticada e complexa, que engole e produz saberes, sábios e sabidos".

Fazendo ressaltar aqui o conhecimento e as relações do sujeito com o conhecimento - porque nos toca a Universidade - é realmente terrível o testemunho dado pela constatação do exercício docente (no ensino, na pesquisa e na extensão universitária) sobre o volume de conhecimentos inertes e inócuos que, nele, são veiculados pela transmissão, pela produção e/ou aplicação concreta na realidade. O descompasso com a realidade; a fragmentação do saber; o despreparo profissional; a insuficiência dos recursos; a insípida participação da comunidade (interna e externa) na gestão universitária; a instabilidade do fluxo orçamentário e financeiro; a irrisória garantia de mecanismos que lhes assegurem o auto-governo; a precariedade das ações de extensão dedicada à comunidade; a desarticulação caótica dos currículos; o burocratismo funcional dos seus órgãos, departamentos e colegiados; a desvalorização do professor, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho; a irracionalidade dos procedimentos administrativos; os modelos de estrutura do poder decisório no interior da Universidade... são apenas alguns dos mais graves problemas que agredem a cidadania no espaço da Universidade.

Diante desse quadro, a afirmação de Frigotto (1984), no sentido da produtividade da escola improdutiva, leva à conclusão dramática do quanto se produz como alienação, desinformação, senso-comum, ideologia, contra-senso, verbalismo, etc.

A educação para a cidadania, na articulação cidadania x Universidade, começa, pois, pela crítica ao saber acumulado e sistematizado pela humanidade e continua na crítica ao modo como esse saber é veiculado na Universidade. O que significa tanto aquilo que se diz como aquilo que se omite; o que nele é destacado e o que nele se encobre. Uma crítica que terá de se pautar, necessariamente, nos determinantes históricos e epistemológicos que dão suporte ao conhecimento. É imprescindível que a Universidade seja o palco do debate sobre a ciência e as concepções que lhes são subjacentes, de modo a poder destituir mitos epistêmicos embalados pelo academicismo; de modo a poder retomar formulações substantivas, consideradas descartáveis pelo consumismo cruel contido na noção de que o que é novo é melhor; e finalmente, de modo a poder diferenciar os diversos tipos de conhecimento, não no sentido de distinguir o científico para desqualificar os demais, mas no sentido profundo de reafirmar a inesgotável capacidade humana para conhecer, seja através da ciência, seja através da filosofia, seja através da arte... e assim denunciar o conhecimento que se produz através do verbalismo, da reificação, do dogmatismo e do contra-senso porque é ele quem mantém a ignorância e a alienação e não aponta para a cidadania.

Para firmá-la, nessa perspectiva, quatro situações já clássicas servem-nos de exemplo: a astronomia de Copérnico nos desalojou do centro do

universo, a biologia de Darwin nos derrocou da posição de reis da criação, o materialismo histórico de Marx nos mostrou a determinação social dos lugares que pensávamos ocupar livremente, a psicanálise de Freud nos destruiu a ilusão de que nossa consciência era o centro de nós mesmos. Esses exemplos demonstram como se destitui a onipotência fundada no argumento da desigualdade e no arbítrio do poder, afirmada, por sua vez, a condição mínima da cidadania: saber "situar-se corretamente no mundo e ter capacidade de influir para que a sociedade humana se aperfeiçoe como um todo", como indica Milton Santos, nesta síntese plena de significados.

É este o primeiro desafio. Não vemos sequer condições para superar os demais, se não o enfrentarmos, antes. A transmissão e a produção de conhecimentos poderão ser elementos de construção do cidadão se, e apenas nessa medida, a Universidade assumir os seus sujeitos na condição de sujeito histórico e sujeito epistêmico.

Não nos resta outra alternativa para enfrentar o que Giannotti chama de "desperdício monstruoso": "O professor pulando de aula em aula, o médico saltando em poucos minutos o obstáculo da consulta, o engenheiro transformado em vendedor de produtos sofisticados, quando não é o bancário atrás do caixa ou escriturário sentado em sua mesa, todos assistem a suas vidas passarem metrificadas pelos sinais e pelos relógios de ponto, consumidas por ações que nem mesmo se iluminam pela beleza do produto, todos enfim enquadrados numa segunda natureza que comanda anonimamente o funcionamento das coisas e dos homens. O desperdício, a irrazão, a falta de sentido, tudo isso se perde na rotina duma sociedade que desmembradamente não relaxa um momento os processos de sua monótona reposição".

Este lugar está, finalmente, dado por nossa história. Estamos na Universidade. Habitamos suas sinuosidades, seus recortes, seus labirintos; nos confundimos com suas obscuridades, ambivalências, violências e penumbras. E porque é ela quem nos aguarda, para restituir-lhe o sentido ou subverter o seu significado, concluímos com mais uma ousadia de um ensaio poético, não mais dedicado a ela, mas sobre ela, o que dela pensamos, como se pudéssemos ouvi-la, falando a cada um de nós:

*Pego-me aos pedaços.
Tristes espaços ainda guardam
homens e conhecimentos.
Contra o morno silêncio
vago desatendida
ávida de vida
história
e participação.*